

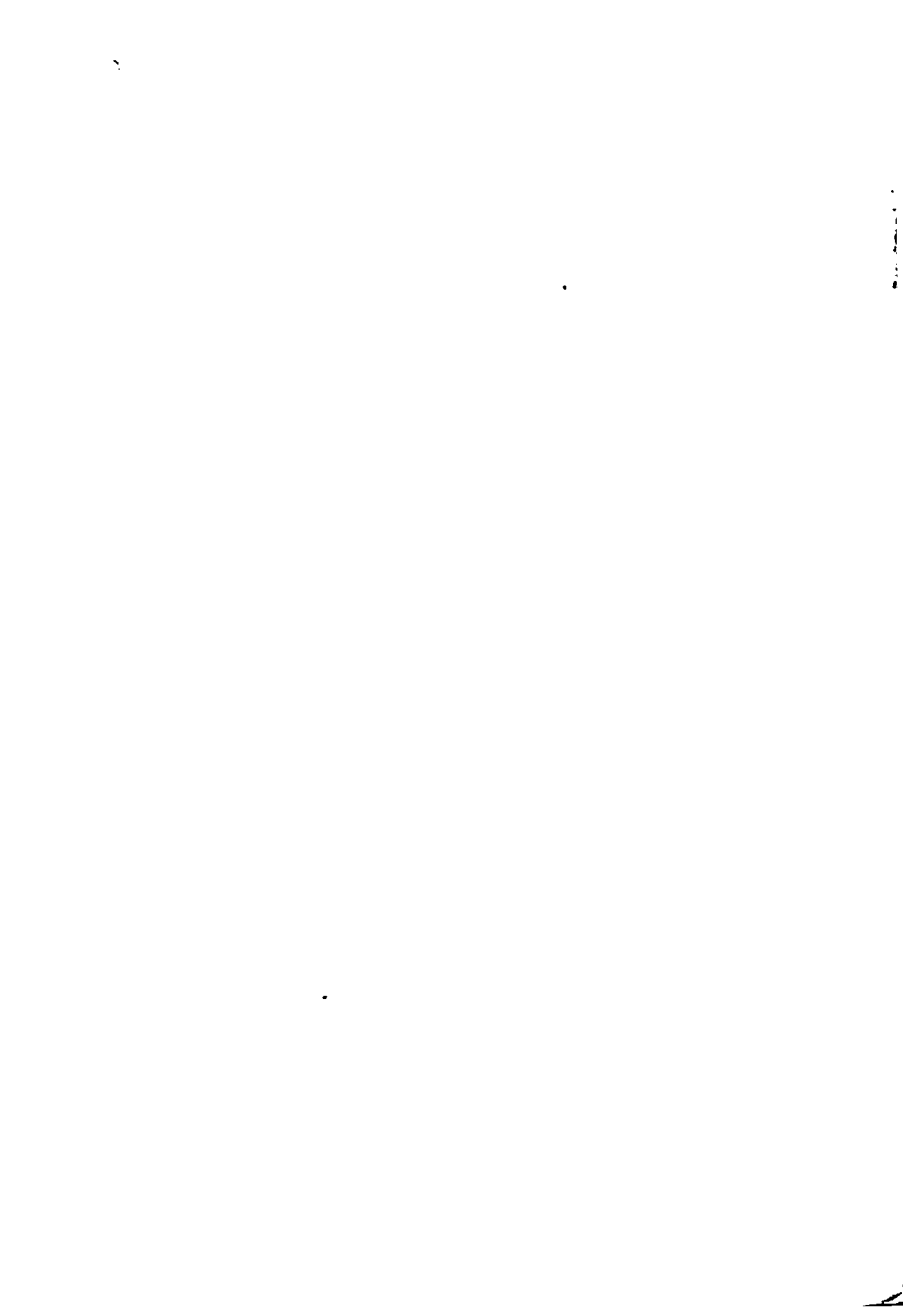
VOZES EM DEFESA DA FÉ

CADERNO

16

**OS
EPISCOPALIANOS**

**PUBLICAÇÃO DO SECRETARIADO
NACIONAL DE DEFESA DA FÉ**



OS EPISCOPALIANOS

VOZES EM DEFESA DA FÉ

CADERNO 16

PE. DR. L. RUMBLE, M. S. C.

OS EPISCOPALIANOS

**PUBLICAÇÃO DO
SECRETARIADO NACIONAL DE DEFESA DA FÉ
EDITORA VOZES LIMITADA
1959**

I M P R I M A T U R
POR COMISSÃO ESPECIAL DO EXMO.
E REVMO. SR. DOM MANUEL PEDRO
DA CUNHA CINTRA, BISPO DE PE-
TRÓPOLIS. FREI DESIDÉRIO KALVER-
KAMP, O. F. M. PETRÓPOLIS, 2-III-1959.

Título do original inglês: The Episcopalians.
Publicado pelos Fathers Rumble & Carty, Saint Paul 1,
Minn. U. S. A.
Copyright by the RADIO REPLIES PRESS

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

OS EPISCOPALIANOS

A Igreja Protestante Episcopal dos Estados Unidos da América foi o nome escolhido para a sua Igreja pelos colonos americanos que, antes da Declaração de Independência em 1776, haviam pertencido à Igreja da Inglaterra. Por isto, uma compreensão da Igreja Episcopal requer conhecimento do Anglicanismo — religião que, de tôdas as formas de profissão do cristianismo, é a mais difícil e complexa de descrever. Todavia, pode ela em geral ser definida como a religião da Igreja Estabelecida na Inglaterra e das Igrejas filiadas, no mundo inteiro, que declaram fidelidade às doutrinas, organização e culto anglicanos.

A importância da Comunhão Anglicana pode ser avaliada pelo fato de, na Conferência de Lambeth em 1948, ter havido ali reunidos 326 bispos de várias nacionalidades, representando entre 30 e 40 milhões de adeptos pertencentes a muitos países diferentes. A maioria desses adeptos, naturalmente, são anglosaxões; porquanto a maioria deles vivem na Inglaterra ou pertencem a Igrejas ultramarinas estabelecidas onde quer que a influência britânica deva ser achada. Porém pequenas comunidades existem na China e no Japão, as quais enviaram seus próprios bispos chineses e japoneses a representá-las em Lambeth.

Sem embargo, a sua expansão não é o característico mais impressionante da Igreja Anglicana aos olhos do povo inglês. Na própria Inglaterra eles apre-

ciam a grandeza histórica da sua Igreja, pressupondo as antigas catedrais e igrejas paroquiais que vieram até eles do passado, e citando uma venerável lista de Arcebispos de Cantuária sem advertência a qualquer quebra nas realidades eclesiásticas. Ademais, eles se orgulham com justiça da sabedoria anglicana em homens tais como Lightfoot, Westcott, Hort, Gore, Kirk, e muitos outros, vivos ou mortos — homens cuja satisfeita aceitação do Anglicanismo não sem razão os confirma na sua lealdade à Igreja da Inglaterra.

John Henry Newman, mesmo como católico, pôde escrever na sua "Apologia": "Reconheço na Igreja Anglicana uma veterana instituição de nobres memórias históricas, um monumento de antiga sabedoria, um importante braço de fortaleza política, um grande órgão nacional, uma fonte de vasta vantagem popular, até certo ponto uma testemunha e mestra da verdade religiosa". Mas, tendo pago esse tributo, sentiu-se forçado a acrescentar: "Mas que ela é algo de sagrado; que é um oráculo da doutrina revelada; que pode pretender um quinhão em Santo Inácio ou em São Cipriano; que pode tomar a categoria, contestar o ensino e barrar o passo à Igreja de S. Pedro, que pode chamar-se a si mesma a "Noiva do Cordeiro", esta é a visão dela que simplesmente desapareceu da minha mente quando da minha conversão".

Os fundamentos para essa mudança de visão ele os achou na história do próprio Anglicanismo, à qual teremos de dar alguma atenção no presente opúsculo.

A COMUNHÃO ANGLICANA

Antes de iniciarmos um estudo mais de perto da Comunhão Anglicana, é bom notarmos que em nenhum sentido pode ela ser chamada uma Igreja visí-

vel unida, no sentido desta palavra no Novo Testamento.

Na Inglaterra, a Igreja Anglicana é uma sociedade religiosa constitucionalmente estatal, sujeita à Coroa, que lhe nomeia os Bispos, e a um Parlamento sem cujo consentimento quaisquer medidas eclesiásticas da parte das Convocações do Clero e da Casa dos Leigos não têm nenhuma autoridade oficial. Como é real o contrôlo do Parlamento na Inglaterra, isto foi manifestado em 1928 pela sua rejeição do Livro de Oração Revisto proposto pela Assembléia da Igreja.

Contudo, fora da Inglaterra, missionários anglicanos intentaram estabelecer Igrejas independentes moldadas ao longo das linhas da Igreja da Inglaterra, mas numa base de govêrno próprio. Essas Igrejas, embora professando estar dentro da fraternidade da Comunhão Anglicana, têm as suas próprias constituições, são governadas por seus próprios Sínodos de Clero e de Leigos, e são autônomas em matérias de crença, organização e culto. Isto torna a Comunhão Anglicana não uma única Igreja visível, mas sim uma associação voluntária de Igrejas constitucionalmente independentes, à moda de uma "Liga das Nações". A Conferência de Lambeth, portanto, dos bispos do mundo, não tem autoridade real sôbre a Comunhão Anglicana inteira. Não pode legislar para essa Comunhão como se fôsse uma só Igreja. No máximo é um corpo consultivo, capaz de fazer recomendações que cada Igreja independente com govêrno próprio pode aceitar ou rejeitar, à sua discricção.

Quão pouco êsse sistema se conforma ao ensino do Novo Testamento, isto é externado por um dos seus próprios teólogos, o Rev. Dr. H. L. Goudge, Régio Professor de Teologia em Oxford. No seu livro "The Church of England and Reunion" (A Igreja da Ingla-

terra e a Reunião), p. 168, escreve êle: "No Novo Testamento, os crentes em Cristo não membros da única Igreja Apostólica visível não hão de ser achados em parte alguma. Com efeito, ouvimos falar de "as Igrejas" tanto como da Igreja, mas essas Igrejas são muito diferentes de "as Igrejas" de que ouvimos falar hoje em dia. As Igrejas da Galácia ou da Macedônia são as comunidades cristãs, tôdas igualmente sob a autoridade de São Paulo, nas cidades gálatas e macedônias... A relação das Igrejas para a Igreja é como a relação das nossas agências de correio locais para o Correio Geral. Há sòmente um Correio, não sendo aqui permitida a emprêsa privada. Mas o Correio Geral tem os seus representantes locais nas cidades e aldeias, e tratando com êles nós estamos tratando com o próprio Departamento dos Correios. Em tôda parte no Novo Testamento a Igreja é uma, e sòmente uma".

Essa descrição adapta-se perfeitamente à única Igreja Católica no mundo inteiro, sujeita à autoridade do Bispo de Roma como sucessor de S. Pedro; mas não pode ser conciliada com uma associação de Igrejas Independentes e autogovernadas tais como a "Comunhão Anglicana" representa! Porém sôbre isto mais adiante veremos algo mais.

ORIGEM POST-REFORMA

E' costumeiro para escritores anglicanos começarem a sua história da Igreja da Inglaterra com um relato da primitiva pregação do cristianismo naquele país. Falam-nos de velhas tradições sôbre visitas de S. Paulo ou de José de Arimatéia à Inglaterra, ou sôbre o Papa Eleutério enviando, no século II A. D., missionários a pedido do Rei Lúcio. Apontam com certeza o fato de, em meados do século II, haver sido a Igreja Cris-

tã definitivamente estabelecida na Inglaterra, e de, em 314 A. D., os Bispos britânicos terem estado presentes ao Concílio de Arles, cidade da Gália. E daí prosseguem, pressupondo que estão descrevendo a história da Igreja da Inglaterra.

Mas, enquanto podemos dizer que a história da religião cristã na Inglaterra começa com a conversão do primitivo povo britânico, não podemos dizer que aí começa a história da "Igreja da Inglaterra". Porquanto todos os missionários primitivos estavam em comunhão com Roma. Quando, em 596, Santo Agostinho foi enviado pelo Papa Gregório I, para ser o primeiro Arcebispo de Cantuária, pregou a única religião que sabia — o catolicismo papal. Era a religião que então todos os cristãos na Inglaterra reconheciam; e, com efeito, Santo Agostinho tinha vindo com jurisdição do Papa sobre todos os Bispos britânicos na terra.

Os escritores anglicanos também gostam muito de citar a cláusula da "Magna Carta", de 1215: "*Ecclesia Anglicana sit libera*", como se isso significasse que a sua Igreja Anglicana deveria ser livre da jurisdição papal. Mas absolutamente não significava tal. A expressão "*Ecclesia Anglicana*" significava não a "Igreja da Inglaterra", mas sim a Igreja Católica na Inglaterra, justamente como a expressão "*Ecclesia Gallicana*" significava a Igreja Católica na Gália, ou "*Ecclesia Hispanica*" a Igreja Católica na Espanha. E nem a "Magna Carta" continha a mais leve referência a qualquer independência da Igreja para com o Papa. Foi o Rei João quem foi forçado a assinar a "Magna Carta". Era ele quem fazia as concessões; e teve de prometer que a Igreja da Inglaterra seria livre da interferência régia. Trinta anos mais tarde, em 1245, o Papa Inocêncio IV escreveu aos abades ingleses que a "*Eccle-*

sia Anglicana" era "um membro especial da Mui Santa Igreja de Roma".

A verdade é que, antes do advento de Henrique VIII, não havia diferença entre a religião dos ingleses e a do resto da cristandade católica. O primeiro ponto de cisão para com a Igreja Católica dos séculos veio com o "Ato de Supremacia Régia" de Henrique VIII, em 1534 — violação flagrante da "Magna Carta"! Verdade é que, de vez em quando, haviam surgido disputas entre os Papas e os Reis da Inglaterra, e que havia irrupções de sentimento antipapal contra o que era sentido como sendo pretensões indébitas do Papado nos negócios temporais. Mas o Arcebispo Anglicano Garbett, de York, escreve no seu recente livro (1950) "Church and State in England", p. 40: "A verdadeira natureza dessas controvérsias é frequentemente mal entendida... como sendo a tentativa de uma Igreja indignada e de uma nação patriótica para escapar da servidão de Roma. Sem embargo, por mais que desejássemos que assim fôsse, os fatos reais não prestam apoio a uma teoria tão simpática ao protestantismo atual. Mas Igreja e Estado aceitavam a supremacia espiritual do Papa... Só os que estavam em fiel comunhão com este é que podiam esperar salvação. Morrer excomungado significava a perda da vida eterna. A autoridade e jurisdição papal eram aceitas na Inglaterra como no resto da cristandade ocidental; as controvérsias surgiram somente sobre a extensão e limites do exercício delas".

OBRA DE HENRIQUE VIII

Em 1534, desesperando de persuadir o Papa Clemente VII de permitir-lhe um divórcio de Catarina de Aragão para poder desposar Ana Bolena, Henrique

VIII repudiou completamente a autoridade de Roma, e proclamou-se chefe da Igreja da Inglaterra pelo "Ato de Supremacia Régia".

Essa rejeição da jurisdição da até então reconhecida Santa Sé resultou na criação de uma Igreja nova e independente, separada do Papado e da Igreja Católica do Continente, tal qual como a rejeição da jurisdição do Trono Britânico pelas Colônias americanas com a "Declaração de Independência" em 1776 resultou na nova e independente nação conhecida na ordem civil como os Estados Unidos da América.

Os escritores anglicanos negam que o rompimento de Henrique com Roma e a rejeição da autoridade do Papa tenha resultado numa nova Igreja, e declaram que a "Igreja da Inglaterra" continuou sendo a mesma instituição que a Igreja Católica na Inglaterra antes desse acontecimento. Mas semelhante contestação não suportará averiguação histórica.

Como prelúdio ao "Ato de Supremacia Régia", Henrique VIII decretara um "Estatuto de Apelações", em cujo preâmbulo procurava justificar as suas ações. Comentando este assunto na sua "History of English Law" (1931), Sir W. S. Hodsworth, Professor de Direito inglês na Universidade de Oxford, diz: "É notável o preâmbulo desse Estatuto de Apelações, em parte porque manufatura história em escala sem precedente, mas principalmente porque tem operado desde aquele dia até hoje como um poderoso incentivo para a *manufatura dela por outros* sobre linhas similares. Nem é difícil de descobrir a razão para este fenômeno. O regime Tudor foi uma instância caracteristicamente hábil do gênio Tudor para criar uma instituição moderna com forma medieval. Mas, a fim de criar a *ilusão* de que a nova Igreja Anglicana era realmente *a mesma instituição* que a Igreja medieval,

era necessário provar a continuidade histórica dessas duas *diferentíssimas instituições*... Só quando surgiu um historiador que, além de ser o maior historiador deste século, era ao mesmo tempo um consumado jurista e um dissidente da Igreja Anglicana tanto como das outras Igrejas (isto é, F. W. Maitland LL. D., D. C. L., antigo Professor de Direito em Cambridge), foi que a sem-valia histórica da teoria de Henrique foi finalmente demonstrada”.

TRIUNFO DO PROTESTANTISMO

Tendo rejeitado a supremacia do Papa sobre a Igreja da Inglaterra a fim de substituí-la pela sua, Henrique VIII não teve desejo de fazer quaisquer mudanças em outras crenças e práticas católicas.

Contudo, assim que Eduardo VI ascendeu ao trono em 1547, o Conselho do rei-menino pôs-se em obra para protestantizar a Igreja da Inglaterra. A Missa e a obrigação do celibato para o clero foram abolidas. Os serviços deviam ser pronunciados em inglês em vez de latim. Em 1549 Cranmer produziu um primeiro “Livro de Oração Comum”; mas este seguia o Missal latino demasiado de perto, para satisfazer os que propendiam para uma verdadeira reforma protestante; por isto, em 1552 Cranmer publicou um segundo “Livro de Oração” que refletia de modo muitíssimo mais pronunciado ambas as influências, Luterana e Calvinista, eliminando tôdas as referências a um sacerdócio sacrificial e quaisquer vestígios de crença na Presença Real de Cristo na Eucaristia. E, por instigação de John Knox, o Calvinista, foi inserido nêle aquilo que é conhecido como “Rubrica Negra”, sendo declarado idolatria oferecer adoração de qualquer espécie a qualquer imaginária Presença Sacramental

de Cristo nos elementos consagrados de pão e de vinho.

Assim Cranmer ficou certo de que a Igreja da Inglaterra, como estabelecida por lei, classificar-se-ia como uma das Igrejas protestantes reformadas.

Entretanto, por morte de Eduardo em 1553, Maria, a filha de Henrique VIII e da sua mulher verdadeira, Catarina de Aragão, sucedeu no trono. Católica prática como sua mãe, imediatamente começou ela a desfazer a obra erigida por Henrique e Eduardo, repelindo as leis eclesiásticas que eles haviam feito, restaurando a Missa em latim, e preparando a reconciliação da Inglaterra com Roma. Mas o seu curto reinado de apenas cinco anos não foi bastante longo para assegurar o seu êxito duradouro, e a ascensão de Isabel em 1558, para reinar durante quarenta e cinco anos, significou a revivência de uma "Igreja da Inglaterra" independente, de acôrdo com a forma protestante que ela assumira no tempo de Eduardo VI.

REGIME ELISABETANO

Em 1559, Isabel renovou o "Ato de Supremacia Régia", tomando o título de "Governador Supremo" em vez do de "Chefe Supremo da Igreja"; e, pelo "Ato de Uniformidade em Religião", restaurou o Segundo Livro de Oração de Eduardo VI. A mudança de título de "Chefe Supremo" para "Governador Supremo" era de mera significação nominal. Os bispos deviam ser nomeados pela Coroa, e a Coroa devia ser a fonte de tôda a jurisdição dêles.

Quando os Bispos católicos recusaram prestar o juramento à supremacia de Isabel foram todos depositos e aprisionados, exceto o Bispo Kitchin, de Llandaff, que se conformou com a nova lei. Em consequên-

cia disso, Isabel nomeou uma nova hierarquia, começando por Matthew Parker, que foi sagrado Arcebispo de Cantuária de acôrdo com os Ritos do Livro de Oração de 1552; e, portanto, perante os requisitos católicos, de modo totalmente inválido.

Mas a coisa principal era ter um episcopado sujeito à Coroa. O bispo Cooper, na sua resposta aos "Marprelate Tracts", escreveu que nenhuma forma de governo da Igreja era divinamente ordenada, mas que o episcopado era ajustável à constituição monárquica da Inglaterra! Até hoje os bispos anglicanos na Inglaterra têm de prestar fidelidade ao Rei, dizendo de joelhos diante dêle: "Pelo presente declaro que Vossa Majestade é o único Governador supremo dêste vosso reino tanto nas coisas espirituais e eclesiásticas como nas coisas temporais... e reconheço que só de Vossa Majestade recebo o dito bispado, assim como as espiritualidades e temporalidades dêle".

Por isto, quando os bispos aprovaram o uso do Livro de Oração Revisto de 1928, depois da sua rejeição pelo Parlamento, Sir Lewis Dibdin, Secretário da Assembléia da Igreja, declarou chocante que êles desconsiderassem a decisão da Casa dos Comuns. Assinalou que, quando foi introduzido o Ato de Habilitação de 1919, os bispos enfaticamente declararam que "o poder do Parlamento, entendia-se, devia ficar inalterado e absoluto".

Mas, além de afirmar a sua supremacia, em 1563 Isabel sancionou os "Trinta e Nove Artigos de Religião", artigos que refletiam mui grandemente ambos os ensinos, Luterano e Calvinista, como norma doutrínaria para a Igreja da Inglaterra.

Disto tudo resulta evidente que o Rêgime Elisabetano deu à Inglaterra uma religião que não podia ser confundida com a "antiga religião". Por ocasião da

ascensão de Isabel, a Inglaterra era um país católico, em plena comunhão com a Sé de Pedro. No fim do reinado dela, o catolicismo era uma religião proibida na Inglaterra, dizer Missa era uma ofensa capital, e professar crença na supremacia do Papa era um crime. Não é, pois, de admirar que, em 1570, o Papa excomungasse Isabel e proibisse aos católicos prestar culto de então por diante nas igrejas paroquiais!

Mas, além de se avir com os católicos recusantes, Isabel achou que devia contender também com os protestantes exilados que voltavam do continente depois da morte de Maria, e que pensavam que a reforma na Inglaterra não tinha ido bastante longe. Estes começaram a exercer tódá a possível influência para “purificar” a Igreja Anglicana numa direção protestante, protestando até mesmo contra a manutenção de uma forma episcopal de organização eclesiástica. Esses “Puritanos”, como eram chamados, queriam um tipo de Igreja Presbiteriana ou Congregacional, e muitos dêles acabaram deixando a Igreja da Inglaterra para se fazerem membros de seitas não-conformistas. Os que ficaram na Igreja do Estado obtiveram reconhecimento como um legítimo Partido da Igreja Baixa dentro daquela, na Conferência de Hampton Court de 1604, um ano depois da ascensão de Jaime I. Imediatamente começou dentro do Anglicanismo, entre as facções da Igreja Baixa e da Igreja Alta, a luta pelo contrôle da Igreja da Inglaterra.

CONFLITO INTERNACIONAL

Durante o reinado de Carlos I (1625-1649), os teólogos da Alta Igreja Anglicana começaram a elaborar uma teoria da sua Igreja como sendo esta uma antiga Igreja Católica fiel à Escritura e às primitivas

tradições do Cristianismo, somente purgada dos “acrés-cimos e superstições romanas”. Mas as poderosas forças Puritanas não simpatizavam com pretensões a uma antiga herança católica, e o Arcebispo Laud, de Cantuária, foi executado em 1645, compartilhando o próprio Rei Carlos I a mesma sorte em 1649.

Seguiu-se a Comunidade Puritana sob os Cromwells, a qual durou onze anos, sendo o Anglicanismo substituído pelo Presbiterianismo como religião oficial da Inglaterra, e sendo proibido o uso do Livro de Oração Comum.

Entretanto, na Restauração, em 1660, quando Carlos II voltou ao trono, à Igreja da Inglaterra foi dado mais uma vez o lugar de honra. Um Livro de Oração revisto foi impôsto por um “Ato de Uniformidade” em 1662, livro êsse baseado no Segundo Livro de Oração de 1552, mas com algumas mudanças orientadas para o Primeiro Livro de Oração de 1548, a fim de satisfazer o Partido da Igreja Alta, sendo a “Rubrica Negra” (que fôra omitida no Livro de Isabel de 1559) restaurada para acalmar os Puritanos.

O advento de Guilherme de Orange em 1688 trouxe consigo uma nova inclinação para o Protestantismo, a qual degenerou numa letargia e indiferença que pareceu ameaçar a própria existência da religião na Inglaterra. A “Renovação Evangélica” começada por John Wesley, fortemente Luterano e Calvinista em visão, despertou um entusiasmo temporário pela religião, mas findou na criação de uma nova e independente denominação Metodista, e a Igreja da Inglaterra voltou mais uma vez ao seu relaxamento satisfeito.

Depois, em 1833, veio o famoso sermão de John Keble sobre a “Apostasia Nacional”, e Newman começou a publicação dos seus “Tratados para os Tem-

pos", nos quais procurava sustentar o caráter católico e apostólico da Igreja Anglicana. Assim começou o "Movimento Oxford", que ao menos despertou definitivamente do seu letargo a Igreja da Inglaterra, quer ateando o entusiasmo pelos princípios da Igreja Alta, quer incitando os adeptos do Partido da Igreja Baixa a uma violenta hostilidade.

Em 1845, Newman e muitos dos seus seguidores deixaram a Igreja da Inglaterra para ingressarem na Igreja Católica. Porém Keble, Pusey e outros ficaram, para fomentar uma "Renovação Católica" entre os Anglicanos, criando um "Partido Anglo-Católico" ritualista, que é o aspecto mais progressista do Anglicanismo hoje em dia.

Contudo, no mesmo século XIX surgiu ali outro Partido, cujos membros estavam infetados de Modernismo, e que advogavam normas doutrinárias relaxadas e um compromisso com o racionalismo. Por isto temos Anglicanismo de "Alta", "Baixa" e "Larga" Igreja, conduzindo a quase interminas disputas.

Até aí, pois, quanto ao nosso breve exame da história anglicana. A nossa atenção deve ser agora voltada para os ensinamentos da Igreja da Inglaterra.

NADA DE AUTORIDADE DOUTRINÁRIA

Escrevendo no "Sunday Express" de 14 de setembro de 1947, o Arcebispo Fisher, de Cantuária, queixava-se de que: "Às vezes se afirma que ninguém pode dizer o que é que a Igreja da Inglaterra crê. Espero ter mostrado que a acusação é inverídica". Mas esta esperança não foi realizada. Porque, embora o artigo dêle se intitulasse "As crenças da Igreja da Inglaterra", no máximo pode-se dizer que êle aí expôs as suas próprias crenças, crenças que outros que

igualmente se proclamam Anglicanos rejeitam em grandíssima extensão. Podem-se estatuir as crenças deste ou daquele Anglicano, mas não as doutrinas definidas da Igreja da Inglaterra como tal. Essa Igreja não tem autoridade docente à qual os membros se sintam obrigados a submeter-se.

Ao tempo da Reforma, a idéia de Cranmer e dos seus ajudantes era substituir pela Convocação do Clero, com o Rei à frente, a até então reconhecida autoridade Papal. O Rei devia dar o Assentimento Régio às decisões espirituais da Convocação para a Igreja como às decisões políticas do Parlamento para o Estado. Mas, desde os tempos dos Stuarts, o Parlamento e o Conselho Privado usurparam o lugar da autoridade régia; e, como vimos, em 1928 o Parlamento rejeitou o Livro de Oração Revisto apresentado pela Assembléia Nacional, assim mostrando o seu poder para decidir, até mesmo em matéria de doutrina e de culto, para os Anglicanos na Inglaterra.

Dizem os escritores anglicanos que infelizmente isso pode ser verdadeiro na prática, mas que em princípio só a Igreja tem autoridade para decidir por si mesma em matérias doutrinárias. Mas, se há coisa em que todos os Anglicanos estejam acordes é na rejeição de qualquer idéia de uma Igreja infalível. Negando as pretensões Romanas à infalibilidade, difficilmente podem elles pretender a mesma prerrogativa para a sua Igreja. Ao mesmo tempo, surgem dificuldades da tese de que só a Bíblia, privadamente interpretada, é uma fonte infalível de doutrina — porquanto neste principio estribaram-se os não-conformistas para justificar a sua rejeição do Anglicanismo.

Os Anglicanos da Igreja Alta pensaram resolver o problema dizendo que a única fonte fidedigna de ensino consiste na Bíblia como interpretada pelos Pa-

dres da Igreja Primitiva e como exposta no Livro de Oração Comum. Mesmo assim, a fraqueza dêsse argumento é evidente. Acaso eram infalíveis os bispos da Igreja primitiva? Se sim, então por que não o são os bispos de hoje? Aliás, os bispos anglicanos são notórios pelo seu conflito em doutrinas vitais. E, ainda, eram infalíveis os compiladores do Livro de Oração?

Para fugir a estas dificuldades, o Arcebispo Fisher, no artigo já mencionado, diz: "Por certo cada Igreja deve perguntar-se: Onde está a autoridade final que devemos respeitar para a fé que sustentamos? A Igreja da Inglaterra crê que o Espírito Santo de Deus, a única autoridade final, fala a nós na Sagrada Escritura, na tradição da Igreja e no pensamento e experiência vivos de hoje. Há, pois, aí, uma tríplice corda, cada fio da qual, sem relação com os outros, aberra".

Aparentemente a idéia é que o Espírito Santo fala por meio da Bíblia, da tradição da Igreja e da consciência coletiva dos cristãos; e que o testemunho de cada uma destas três coisas deve ser controlado pelos outros dois. Mas isto reduz a posição Anglicana a uma posição de juízo privado somente. Cada indivíduo ainda tem de decidir por si mesmo o que a Bíblia quer dizer, o sentido das doutrinas tradicionais, e em que é que a consciência coletiva concorda. Nenhuma viva voz fala a êle. E certamente é exigir demasiado de alguém o pedir-lhe crer que o Espírito Santo é responsável pela atordoante confusão de crenças reinante na Comunhão Anglicana!

A verdade é que o Anglicanismo não reconhece autoridade divinamente garantida neste mundo para definir qualquer coisa, nem Parlamento, nem o Conselho Privado, nem os Bispos, nem as Convocações de Clero, nem os Sínodos do Clero e dos Leigos. A atitude mais leal para um Anglicano parece ser esta:

“Pense o que lhe aprouver, mas resguarde-se de asserções ou negações positivas”.

Como resultado disso, multidões persistem tradicionalmente Anglicanas sem quaisquer convicções verdadeiramente definidas, e não reconhecem na Igreja da Inglaterra autoridade doutrinária que as possa obrigar em consciência.

CRENÇAS TÍPICAS

Contudo, a despeito dessa falta de certeza quanto ao que pretende, a média dos anglicanos instruídos, se solicitada a estatuir as crenças dos Anglicanos, sem hesitação subscreveria as seguintes proposições:

1) A Bíblia contém tôdas as coisas necessárias para a salvação, de modo que não pode ser requerido, de quem quer que seja, nada que não possa ser provado pela Escritura.

2) Há uma Igreja visível reconhecível como uma congregação de fiéis na qual a pura Palavra de Deus é pregada e os Sacramentos são administrados de acôrdo com a ordem de Cristo.

3) Nessa Igreja há um ministério hierárquico de Bispos, Sacerdotes e Diáconos.

4) A Comunhão Anglicana pretende ser uma parte reformada da Igreja Católica de Cristo, e conserva um válido ministério tríptico como supra, derivado dos Apóstolos por sucessão ininterrupta.

5) Enquanto a Bíblia é fonte remota de doutrina, o Livro de Oração Comum, juntamente com os três Credos, e dos Apóstolos, o Niceno e o Atanasiano, nêle contidos, deve ser aceito como a regra prática de crença e de culto.

6) Há dois Sacramentos a serem considerados como geralmente necessários para a salvação: o Batismo e a Eucaristia.

E' para notar que os "Trinta e Nove Artigos de Religião" contidos no Livro de Oração Comum hoje em dia não são considerados como obrigando em consciência. Um escritor anglicano, o Rev. C. B. Moss, no seu livro "The Divisions of Christendom", p. 46, diz que Isabel não tinha intenção de impor um esquema de doutrina parecido com os Decretos Tridentinos ou com as Confissões Protestantes. Declara que os Artigos foram "Artigos de Paz" — "uma declaração ambígua destinada a impedir o clero de ser demasiado definido sobre pontos duvidosos". Em 1865 foi pronunciada uma decisão legal de que o clero não estava obrigado a uma subscrição literal dos Artigos, mas apenas a um "assentimento geral". Os leigos absolutamente não são obrigados a aceitá-los.

ORDENS ANGLICANAS

As Igrejas protestantes discutem entre si sobre a natureza do ministério cristão descrito no Novo Testamento. Mas não houve discussões sobre essa matéria na Igreja primitiva. Havia uma ordenação para o sacerdócio pela imposição das mãos, tendo, os assim consagrados, como seus principais deveres, o oferecimento do Sacrifício Eucarístico a Deus, a administração dos Sacramentos, e a pregação da Palavra de Deus. E a autoridade ou incumbência dêles derivava não dos membros da Igreja em que êles ministravam, mas por transmissão dos Apóstolos, que por sua vez a haviam recebido de Cristo, o Divino Fundador da Igreja.

A forma de governo prevalente na Igreja não é tão claramente descrita no Novo Testamento e nos primitivos documentos cristãos; mas certamente só uma forma foi conhecida pelo século segundo, tendo ca-

da Igreja os seus próprios Bispos, Sacerdotes e Diáconos, ligados todos os Bispos como uma corporação unida e capaz de se reunir às vezes para definir doutrinas e legislar para a Igreja tôda.

Portanto, quando Cranmer publicou o seu novo Ordinário em 1550, durante o reinado de Eduardo VI, fez a introdução dêle com êsta declaração prefacial: "A todos os homens que diligentemente lêem a Sagrada Escritura e os Autores antigos é evidente que desde o tempo dos Apóstolos houve essas Ordens de Ministros na Igreja de Cristo: Bispos, Sacerdotes e Diáconos". E acrescentou que o seu novo Ordinário tinha "a intenção de que essas Ordens fôssem continuadas e reverentemente usadas e estimadas nesta Igreja da Inglaterra".

Sem embargo, a despeito dessa declaração das suas intenções, e embora preservasse o episcopado como forma externa, êle não foi bem-sucedido em preservar um válido sacerdócio cristão para a nova Igreja da Inglaterra. O Bispo anglicano de Derby, Dr. Rawlinson, no seu livro "The Genius of the Church of England" (1949), p. 11, diz: "A continuidade dos Bispos foi conservada não por quaisquer razões ligadas com a idéia de Sucessão Apostólica, mas por motivos de política. A Coroa sustentava que o Clero precisava de contrôle, e que para êsse fim se requeriam Bispos; e, conformemente a isso, houve Bispos".

De fato, muitos escritores anglicanos hoje em dia negam a necessidade do tríplice ministério de Bispos, Sacerdotes e Diáconos. Declaram que êsse é um bom e útil sistema, benéfico mas não essencial. A Igreja da Inglaterra nunca pronunciou qualquer juízo oficial insistindo na doutrina da "Sucessão Apostólica", nem nunca condenou oficialmente os ministérios não-episcopais das Igrejas Não-Conformistas.

A verdade é que, tendo adotado muitos dos ensinamentos dos Reformadores no Continente, Cranmer perdera tôda crença na Missa e num sacerdócio sacrificial. Não teve a intenção de continuá-los. Ademais, nas formalidades para o seu novo Ordinário de 1550, deliberadamente omitiu especificar para qual poder, sacerdotal ou episcopal, o candidato estava sendo ordenado. Só 112 anos depois, em 1662, é que foram acrescentadas as palavras, num dos casos, "para o ofício e trabalho de um sacerdote na Igreja de Deus", e, no outro, "para o ofício e trabalho de um bispo na Igreja de Deus". Daí se segue que, mesmo se as formalidades foram postas certo então, um século de uso das antigas formalidades não tinha deixado ninguém válidamente consagrado para transmitir a outros os poderes sacerdotais.

Quando, pois, em 1896, o Papa Leão XIII pronunciou um julgamento a êle solicitado quanto à validade das Ordens Anglicanas, declarou-as nulas e inválidas no ponto de vista dos requisitos católicos, por defeito de intenção e defeito de forma, acrescentando mais tarde que o seu veredito era permanentemente obrigatório e irrevogável.

Os Arcebispos de Cantuária e de York naquele tempo prontamente lançaram os seus protestos e publicaram a sua Resposta oficial, procurando sustentar a validade das suas Ordens, embora mostrando nessa própria Resposta que de modo algum tinham uma idéia justa do sacerdócio cristão.

Escrevendo sôbre êste assunto na "National Review" de setembro de 1925, p. 73, o Bispo anglicano Knox, de Manchester, disse: "O Papa recusou absolutamente reconhecer as nossas Ordens Anglicanas sôbre o fundamento de que a nossa Igreja não ordena sacerdotes para oferecerem o Sacrifício da

Missa. A despeito das tentativas feitas pelos nossos Arcebispos para ocultar êste defeito, do seu ponto de vista o Papa inquestionavelmente teve razão. E' verdade que certos sacerdotes da Igreja da Inglaterra oferecem pretensas Missas, mas, como não foram ordenados pela Igreja com a intenção de deverem oferecer ao Pai o Corpo e o Sangue de Cristo, para êste fim o Sacramento da sua Ordenação é falho. O Livro de Oração e o Ordinário são simplesmente acatólicos, de vez que não dão sinal de cumprir a mais importante das funções católicas".

O filho do Bispo Knox, Monsenhor Ronald Knox, no seu ensaio "Why I am a Catholic", escrito depois de haver abandonado a Igreja da Inglaterra, disse que, mesmo que as Ordens Anglicanas fôsem válidas em si mesmas (coisa que êle deixara de crer), ainda havia uma completa falta de incumbência para êsse exercício derivada dos Apóstolos. E disse que não estava satisfeito de "exercer uma jurisdição que, em última instância, procedia de uma fonte não mais respeitável do que uma rainha Tudor".

PARTIDO DA IGREJA BAIXA

Necessário é agora volvermo-nos para a consideração dos differentíssimos e antagônicos Partidos existentes dentro da Comunhão Anglicana, se quisermos ter uma idéia exata desta. E começamos pelo Partido da Igreja Baixa, que, ao menos historicamente, é o expoente mais autêntico da religião Anglicana como originariamente ela pretendia ser, de acôrdo com os compiladores do Livro de Oração Comum.

Henrique VIII, por certo, tinha querido uma Igreja Católica da Inglaterra, independente do Papa e sujeita a êle mesmo. Porém a sua morte em 1547 e a

ascensão de Eduardo VI aplainaram o caminho para Cranmer introduzir o Protestantismo. Cranmer, portanto, pôs-se imediatamente em obra para abolir a Missa, as doutrinas da Transsubstanciação e do Purgatório, juntamente com muitas práticas católicas tais como o celibato do clero, as observâncias da Candelária, da Quarta-Feira de Cinzas, e o Domingo de Ramos, a Água Benta, as orações à Virgem Maria e aos Santos, como também as orações pelos Defuntos.

Recordemos mais uma vez a seqüência histórica dos acontecimentos:

Em 1549 Cranmer produziu o seu Primeiro Livro de Oração Comum em vernáculo.

Em 1550 forneceu um novo Ordinário que excluía toda menção da função sacrificial do sacerdócio.

Em 1551 uma Ordem em Conselho exigia que os altares fôssem destruídos, e fôssem substituídos por mesas móveis, a fim de gravar na mente do povo a mudança da "velha superstição da Missa para o correto uso da Ceia do Senhor". Esta última devia ser considerada como uma refeição sacramental, e não como um sacrifício; e para acentuar isto, a Comunhão devia ser dada sob ambas as espécies, como comida e como bebida.

Em 1552, já que o Livro de 1549 era declarado não suficientemente protestante, foi publicado um Segundo Livro de Oração, alterando a ordem do Rito Eucarístico e abolindo ou mudando todas as expressões que pudessem, mesmo remotamente, sugerir uma ação sacrificial.

Em 1553, os Bispos e Sacerdotes eram solicitados a subscrever os "Quarenta e dois Artigos", marcadamente luteranos em caráter.

No mesmo ano de 1553, entretanto, Eduardo VI morreu; e, com o acesso da católica Maria e com a re-

conciliação da Inglaterra com Roma, pareceu como se a obra total de Cranmer estivesse desfeita. Porém a própria Maria morreu dentro de breves cinco anos, e em 1558 Isabel veio a ser rainha, para reinar durante quarenta e cinco anos. Isabel imediatamente começou a restaurar a Igreja Nacional Protestante como ela fôra sob Eduardo VI. Em 1559 publicou um novo Livro de Oração Comum baseado no Livro de 1552, porém modificado em direção calvinista. Injunções régias foram mais uma vez expedidas para que os altares fôsem removidos e substituídos por mesas; e um "Ato de Uniformidade" exigia aceitação da renovada mudança de religião. O Arcebispo Parker, Protestante confesso, foi (inválidamente) sagrado para Cantuária, e homens de simpatias calvinistas nomeados para outros bispados, a fim de substituir os bispos católicos depostos que haviam recusado o Juramento de Supremacia.

Não pode haver dúvida nenhuma de que a Igreja da Inglaterra sob Isabel, com as suas doutrinas e culto derivados em grande extensão de Lutero e de Calvino, tornou-se parte do Movimento de Reforma Protestante. Até mesmo o Dr. W. H. Frere, um dos modernos expoentes do Anglo-Catolicismo e outrora Bispo de Truro, admitiu que "os livros de serviço naquela época, como na época Eduardiana, simbolizavam uma real mudança doutrinária" ("English Church in the Reigns of Elizabeth and James I", p. 26). Ele admite que o próprio povo, nos dias de Isabel, pensava da Igreja da Inglaterra como de uma "mudança de religião", e falava da Fé Católica como da "velha religião". Daí, enquanto a palavra "Protestante" não é achada no livro de Oração, está no Juramento da Coroação, no qual o Rei tem de professar-se um "fiel Protestante" e de prometer manter a religião protestante no

seu reino. Nem é sem significação que, após a Declaração de Independência em 1776, os Anglicanos na América houvessem escolhido como título para a sua Igreja "A Igreja Protestante Episcopal dos Estados Unidos da América".

Por isso, os membros do Partido da Igreja Baixa, ou Evangélicos, como às vezes são chamados, são mais fiéis ao Anglicanismo como Isabel quis que êste fôsse, do que o são os homens da Igreja Alta. Para os homens da Igreja Baixa, a Igreja da Inglaterra é simplesmente "Protestantismo Estabelecido". Para êles, Roma não é um dos "ramos da verdadeira Igreja", ou uma "irmã errada", senão uma Igreja apóstata e uma abominação. Êles crêem na salvação pela fé sòmente, odiando ritualismo e sacramentalismo. Não reconhecem sacrifício exceto o da Cruz no Calvário. Negam qualquer sacerdócio na Igreja além de um ministério de pregação. Se aceitam o episcopado, não é por pensarem-no necessário, mas sòmente por ser êle útil para lei e para ordem. Intercomunhão com não-conformistas, cujos ministros são justamente tão ministros do Evangelho como o é o clero anglicano, é coisa inteiramente permissível. Sobretudo, os Anglicanos deveriam estar sempre prontos a juntar forças com os não-conformistas para resistir à influência e crescimento da Igreja Romana.

Tal é uma forma de religião que tem tanto direito a se chamar Anglicana como qualquer outra forma.

PARTIDO DA IGREJA ALTA

Pregando que a religião é assunto pessoal e individual entre a alma e Cristo, os Reformadores Protestantes não deixaram lugar para qualquer doutrina de uma Igreja visível. Para êles a Igreja era necessária-

mente invisível, constando só daqueles que, pela fé e pelo arrependimento interiores, haviam aceitado Cristo como seu Salvador. Não importava a que Igreja tal gente pertencia, contanto que não aderisse à "apóstata" Igreja Romana. Naturalmente eles não viam sentido em perguntar: "Qual é a Verdadeira Igreja?". Tomavam vistas muito baixas da Igreja Católica como parte integrante da religião cristã, e tinham pouca consideração para com práticas sacramentais externas.

Em contraste com êsses, sempre houve na Igreja Anglicana outros que sustentavam vistas mais altas da posição da Igreja como organização divinamente instituída, necessária para a dispensação sacramental da graça e para a mediação da salvação aos homens. Para eles, ser membro de Cristo supõe participação na Igreja de Cristo; e é essencial que cada um seja membro da Verdadeira Igreja de Cristo, e não meramente de qualquer substituta desta de feitura humana.

Com estas convicções, os Anglicanos da Igreja Alta sentem-se forçados a justificar a sua Igreja como ainda sendo parte da Igreja Única, Santa, Católica e Apostólica, e a trabalhar pela restauração dos ensinamentos e práticas católicas dentro da Comunhão Anglicana. Os homens da Igreja Baixa sempre denunciaram êsses homens da Igreja Alta como "Romanizantes", não admitindo na história Anglicana a base para a qual os homens da Igreja Alta apelam.

Deve ser lembrado que Isabel queria uma Igreja compreensiva e que, a fim de chegar a acôrdo entre as facções digladiantes, foram feitos formulários Anglicanos tão ambíguos quanto possível, retendo elementos católicos para aplacar os ingleses de mentalidade católica, e incorporando elementos protestan-

tes para acalmar os defensores das doutrinas luterana e calvinista.

Nos tempos dos Stuart, portanto, os homens da Igreja Alta, tais como Laud e seus seguidores, procuraram ignorar os elementos protestantes, e acentuaram os elementos católicos, embora com as reservas necessárias para ficarem na Igreja da Inglaterra. Insistiam na continuidade da sua Igreja com a Igreja da pré-Reforma, e declaravam que ela era uma “parte reformada” da Igreja Católica. Na Reforma, segundo eles, a Igreja da Inglaterra apenas “lavara o rosto”, não fazendo mudanças essenciais, embora se houvesse gravemente comprometido fazendo penosas concessões ao Protestantismo. Proclamavam, portanto repudiar tanto os acréscimos romanos como protestantes. Concediam ao Papa uma primazia de honra, mas não de jurisdição. Ensinavam a Presença Real de Cristo na Eucaristia, mas não por transubstanciação. Acreditavam na confissão auricular, mas não que fôsse de obrigação.

Após a morte de William Laud em 1645, e durante o Período da Commonwealth, êsses modos de ver dos homens da Igreja Alta Carolina foram postas fora de baralho, e o Partido Protestante conquistou a posição dominante. Mas a escola Laudiana foi revivida pelo Movimento Oxford de 1833, quando os “Tractarians” tentaram mais uma vez manter a posição “Católica” da Igreja da Inglaterra. Por formas obviamente forçadas e não históricas esforçaram-se eles por ler uma interpretação católica no Livro de Oração e nos “Artigos de Religião”. E começaram uma campanha pela restauração do Ritual Católico.

"ANGLO-CATÓLICOS"

Doze anos depois de ter publicado o primeiro dos seus "Tratados" destinados a fazer a Igreja da Inglaterra cônica da sua herança católica, John Henry Newman percebeu a impossibilidade de tais pretensões, viu a necessidade de uma viva voz numa Igreja docente, a qual não devia ser achada no Anglicanismo, e em 1845 submeteu-se a Roma. Muitos o seguiram, mas os que ficaram formaram o núcleo de um "Partido Anglo-Católico" que cresceu firmemente em influência e em número, até incluir hoje, em graus variáveis, pelo menos um terço dos Anglicanos práticos no mundo inteiro.

Os Anglo-Católicos falam desprezadoramente da Igreja da Inglaterra como esta existe no presente, com a sua tolerância de Protestantismo; mas insistem em que ela preservou do desastre da Reforma ao menos os puros essenciais de um verdadeiro ramo da Igreja Católica. E concebem como seu dever o permanecerem na Igreja Anglicana, apropriando-se das práticas católicas e propagando-as até que ela tenha sido purgada de todos os vestígios da heresia protestante. O progresso deles tem sido em desafio aos seus Bispos, mas eles sustentam que nenhuma autoridade na Igreja da Inglaterra pode passar por cima das coisas autorizadas pelo "consenso Católico" dos três grandes ramos da Igreja Católica, "Roma, Constantinopla e Cantuária"! A condenação do Papa Leão XIII às Ordens Anglicanas foi um grande desapontamento para eles, mas eles continuam na sua tripla, ganhando apoio popular pelo zelo e sacrifício próprio do seu clero, e esperando contra toda esperança pela final reunião da Igreja da Inglaterra com Roma sob exigências papais modificadas.

Enormes são as dificuldades da posição Anglo-Católica, e os esforços para fugir delas provam-se fúteis.

Se perguntados: "Por que vocês Anglicanos se separaram de Roma no começo por um culposo ato de cisma?", eles respondem: "Nós nunca fizemos nada disso. O Papa é que fez o cisma para conosco excomungando injustamente Isabel em 1570". Referência ao repúdio de Isabel para com o Papa pelos Atos de 1559, isto parece não causar impressão nenhuma nêles!

Quando desafiados sobre o caráter protestante do Livro de Oração Comum, eles respondem que a corrupção, em 1552, do Livro de 1549 foi ilegalmente imposta à Igreja da Inglaterra pelo Parlamento, mas nunca foi autorizada pela Convocação. Mas desdenham o fato de que o Livro de 1662, em uso por perto de trezentos anos, foi baseado no Livro de 1552 e não no Livro de 1549.

Entregam-se a uma pretensão de "continuidade" refutada pela história em milhares de documentos, e a uma "teoria de ramo" rejeitada pelos outros supostos "ramos", tanto romano como ortodoxo.

Os seus princípios dão origem ao absurdo de que um católico continental que reconhece a supremacia papal torna-se um cismático, sem qualquer mudança nos seus modos de ver ou na sua vassalagem, atravessando o canal e pondo pé na Inglaterra, e no entanto fica livre do cisma no momento em que deixa as praias da Inglaterra!

Eles não têm solução para o problema de uma revelação infalível sem uma viva voz infalível para interpretar essa revelação.

A despeito destas dificuldades, eles vêem na revivência da vida sacramental e das Ordens Religiosas na Igreja da Inglaterra evidências da presença e do

poder de Deus; e sentem que não podem desmentir as suas Ordens. Mas não querem admitir a fôrça destes argumentos quando os não-conformistas apontam exemplos de santidade nas suas próprias fileiras, e falam dos seus ministérios não-episcopais como abençoados por Deus.

Se os Católicos acham aberrante a posição dos Anglo-Católicos, podem ao menos ser-lhes gratos por honrarem os ideais católicos, e por atuarem como um fermento na Igreja da Inglaterra para preservá-la de ser levada a uma completa descrença, de um lado, ou a um violento anticatolicismo, do outro. Enquanto isso, o Anglo-Catolicismo é uma fonte frutuosa de muitas conversões individuais a Roma e ao genuíno catolicismo.

PARTIDO DA IGREJA LARGA

Não é surpreendente que, numa Igreja que tolera advogados tanto do Protestantismo como do Catolicismo, surgisse entre alguns dos seus membros uma impaciência em ambos os extremos e um conseqüente resvalar para o indiferentismo religioso.

Por isto, na história Anglicana do Período da Commonwealth encontramos os "Latitudinários", que não esposavam a causa nem do extremo Protestantismo nem do Catolicismo, mas queriam uma Igreja compreensiva indiferente às crenças e práticas dos seus membros. Recusando lançar a sua sorte com os Partidos ou da Igreja Baixa ou da Igreja Alta, e denunciando todo entusiasmo, êles se refugiaram no indiferentismo e no ceticismo. E a sua escola de pensamento tem persistido na Igreja da Inglaterra.

Por volta de 1850 os seus sucessores tornaram-se conhecidos como "homens da Igreja Larga", e ainda mais tarde como "Modernistas". Para êles, teologia

é meramente a filosofia de qualquer época particular. Dogmas nenhuns podem ser perpétuamente obrigatórios. Assim como a experiência religiosa varia, assim também o Cristianismo deve ser continuamente refundido. O apêlo ao sobrenatural é indistinguível de um apêlo à superstição. A Igreja da Inglaterra é simplesmente a nação no seu lado religioso, e em matérias de crença e de culto e de disciplina cabe à lei da terra decidir o que é que a boa ordem requer.

Em 1918, quando o Modernista Dr. Hensley Henson foi nomeado pela Coroa Bispo de Hereford, o Bispo Kinsman, da Igreja Protestante Episcopal na América, escreveu: "Henson negou a autoridade do episcopado e do sacerdócio, o princípio sacramental em geral; e defende, se não as faz, negações de certos Artigos nos Credos... Mas o Arcebispo, como administrador consciencioso do sistema da Instituição, tem de sagrá-lo, visto que êsse sistema compreende tôdas as "escolas de pensamento", é especialmente brando para com todos os cétricos, e severo sômente para com os que tomam a sério a sua profissão de lealdade à Igreja antiga... Não há apartar-se de Henrique VIII e de Cranmer, do domínio leigo e da vil descrença no sobrenatural. E' inteiro contra-senso erigir o Rei Carlos e Laud em típicos Anglicanos" ("Salve Mater", pp. 89-90).

Dois anos depois, o próprio Bispo Henson escreveu, quando foi promovido para Durham: "E' difícil imaginar mais completa demonstração da confusão Anglicana do que o fato de um clérigo Anglicano suspenso em 1909 e desrespeitando a suspensão ser elevado ao episcopado em 1918, a despeito de um forte clamor de protesto, e ser preferido para uma das maiores posições na hierarquia em 1920! Não há dúvida de que a Igreja da Inglaterra é tão incoerente e divi-

dida que realmente não pode nem pensar nem agir como um só corpo" ("Retrospect of an Unimportant Life", vol. I, p. 326).

Porém mesmo em 1949 pronunciamentos feitos pelo Bispo Modernista Barnes, de Birmingham, fizeram o Arcebispo de Cantuária declarar publicamente que, se êle próprio defendesse tais modos de ver, em consciência não seria capaz de ficar sendo um Bispo da Igreja da Inglaterra, embora não tivesse em mira quaisquer medidas práticas para disciplinar o Bispo Barnes.

Uma Igreja compreensiva deve estar sempre preparada para pactuar, e para conceder qualquer latitude que o homem da Igreja Larga ache conveniente exigir.

INTÉRMINAS CONTRADIÇÕES

"Ao Regime Elisabetano", escreveu o Bispo Kinsman enquanto ainda Bispo Episcopaliano, "é que a Comunhão Anglicana deve uma qualidade característica, às vêzes considerada uma excelência, porém mais justamente uma fraqueza. E é a sua habitual ambigüidade. Ela visava à compreensão; e acabou no compromisso" ("Salve Mater", p. 116). Porquanto a verdade é que os teólogos Anglicanos tiraram por atacado idéias de fontes outras e colidentes, Luterana, Calvinista, Católica e até dos racionalistas incrédulos. E essa gente importuna não estava sujeita a nenhuma autoridade.

O Bispo Anglicano de Derby, Dr. Rawlinson, admite com inteira ingenuidade que "O Ato de Uniformidade ainda está no Livro do Estatuto; mas, efetivamente, é letra morta". Êle declara que um candidato à ordenação tem de prometer com tôda solenidade que usará o Livro de Oração de 1662, "e nenhum outro, exceto quando fôr ordenado por autoridade legal". A sua

própria prática é perguntar a cada ordinando que significação empresta às promessas, mas “quase universalmente tenho achado que, quando esta pergunta lhes é feita, os homens não têm resposta a dar. Não pensaram ou consideraram claramente a matéria... Há aí claramente envolvida uma questão de consciência, e os homens não deveriam ser postos na situação de terem de fazer promessas solenes cujo significado não consideraram”. E acrescenta: “Há, supponho eu, pouca ou nenhuma dúvida de que originariamente “autoridade legal” queria dizer ou o Rei no Parlamento ou o Rei no Conselho” (“The Genius of the Church of England”, pp. 19-20).

Anteriormente, no mesmo livro, o Dr. Rawlinson escrevera: “Anglo-Católicos italianizantes, pretensos “Modernistas”, e Protestantes Kensitistas são todos (com variados graus de desconforto) tolerados na Igreja da Inglaterra, mas nenhum dêesses vários grupos extremistas tem a menor probabilidade de algum dia capturar a Igreja como um todo... Os cristãos que nunca podem ser felizes sem unanimidade em todos os pontos de doutrina ou de prática, ou que exigem definições “tranchantes”, nunca acharão a Igreja da Inglaterra uma Igreja cômoda de habitar” (p. 17).

Com tanta coisa tolerada e tão pouca autorizada, só se pode concluir é que a Igreja da Inglaterra não tem ensinamentos fixos sobre muitos pontos. Numa palavra, ninguém diz as crenças religiosas de qualquer homem dizendo que êle é um Anglicano. Diferentes escolas de pensamento têm predominado em diferentes tempos. Colégios Teológicos alinham-se, no seu ensino, desde o Catolicismo não-papal até o Calvinismo antipapal, rivalizando Anglo-Católicos e Evangélicos entre si em subscrições para fundos de orde-

nação a fim de se assegurarem a sua quota proporcional nas fileiras do clero.

A "Sociedade para a Propagação do Evangelho", da Igreja Alta, expede missionários a países estrangeiros para ensino do Anglo-Catolicismo, ao passo que a "Sociedade Igreja Missionária", da Igreja Baixa, coopera com a "Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira" no envio de advogados do Protestantismo — para o desencaminhamento de nativos que não sabem o que fazer de religiões diametralmente opostas ensinadas em nome de uma só e mesma Igreja da Inglaterra!

O Anglo-Católico Rev. Vernon Staley publicou um livro intitulado "The Catholic Religion". Em resposta, o Evangélico Rev. W. H. Griffith Thomas publicou um livro similar em tamanho e estilo, intitulado "The Catholic Faith", expondo a interpretação protestante do Anglicanismo. Em oposição a ambos temos "My Faith", pelo homem da Igreja Larga Rev. Vernon Storr; e a predileção de uma nova religião para os futuros Anglicanos pelo Modernista Dr. J. W. Hunkin, Bispo de Truro, numa publicação intitulada "The Gospel for Tomorrow".

Será então de admirar que "A Comissão sobre Doutrina Cristã" nomeada pelos Arcebispos de Cantuária e de York haja intitulado o seu Relatório de "Doutrina na Igreja da Inglaterra" e não de "Doutrina da Igreja da Inglaterra", para deleite dos Modernistas e desespero dos Anglo-Católicos?

UNIDADE ANGLICANA

Tem sido dito que, a despeito de tôdas essas religiões diferentes e rivalizantes, a Comunhão Anglicana conserva, não obstante, a sua unidade. Mas que é que mantém juntos todos os Anglicanos? Deve ser

alguma coisa de mais profundo do que "Instituição", porque esta só existe na Inglaterra, e os Bispos reunidos em Lambeth vieram não só de Igrejas Anglicanas independentes nos Domínios Britânicos, como também dos Estados Unidos e mesmo da China e do Japão.

O Episcopaliano Americano Dr. Leicester C. Lewis, escrevendo no "Holy Cross Magazine", tentou responder à pergunta. Segundo êle, o laço que une os Anglicanos não é, certamente, o "Livro de Oração", de vez que não há fidelidade unificada a êle; nem são os Cremos, que muitos Anglicanos professos não crêem, e que podem ser negados com impunidade; nem o "culto litúrgico", visto haver nêle a mais extrema diversidade de prática.

Qual, pois, pode êle ser? O Dr. Lewis responde que êle reside no fato de serem católicos os formulários do Anglicanismo, mas não serem forçados na prática. Os membros de mentalidade católica da Comunhão Anglicana têm os formulários de seu lado, e são inteiramente livres de viver de conformidade com êles. Os protestantes e outros refugiam-se no fato de serem êsses formulários largamente desrespeitados, e, como a negação dêles na prática é tolerada, êles também podem sentir-se inteiramente à vontade na Comunhão Anglicana. "A unidade Anglicana", escreve êle, "tem persistido e é real hoje por causa da firme adesão à ordem católica, de um lado, juntamente com uma recusa para forçar essa ordem, de outro".

O Dr. Lewis escreve como um Episcopaliano "de mentalidade católica". O Episcopaliano "de mentalidade protestante" declararia protestantes os formulários anglicanos, e diria que o Dr. Lewis e os que como êle pensam só podem sentir-se à vontade na Comunhão Anglicana, pelo fato de ser a sua negação dos formu-

lários tolerada pelos protestantes! Enquanto isso, uma unidade que é baseada na tolerância de uma falta de unidade é um paradoxo que provará demais para muita gente, como o provará o conceito de uma "firme adesão" à ordem católica simultaneamente com uma completa indiferença a uma verdadeira desordem acatólica!

Na realidade, a suposta unidade entre os Anglicanos não passa de nominal, não trazendo nenhuma semelhança com aquela unicidade em crença, culto e disciplina essencial a uma Igreja divinamente instituída.

EPISCOPALIANOS AMERICANOS

Um exame da Comunhão Anglicana não seria completo sem uma breve vista de olhos na sua posição nos Estados Unidos da América.

Quase vinte anos antes de os peregrinos do "Mayflower" aportarem a Plymouth, E. U. A., a 20 de dezembro de 1620, a Igreja da Inglaterra já existia em Virgínia, estando o seu clero sujeito à jurisdição do Bispo de Londres.

Contudo, em 1630, muitos Anglicanos Puritanos, insatisfeitos com a política de Igreja Alta de Carlos I e do Arcebispo Laud de Cantuária, emigraram para as Colônias Americanas, e estabeleceram-se em Massachusetts. Esses colonos anglicanos, todavia, juntamente com o clero que com eles veio, praticamente abandonaram o Anglicanismo pelo Congregacionalismo, navegando de volta à Inglaterra os que protestaram. Os Anglicanos Virginianos, temerosos de similar corrupção Puritana na sua própria Colônia, fizeram uma lei em 1643 exigindo conformidade à Igreja da Inglaterra, multando, aprisionando e expulsando daquela Colônia os não-conformistas.

Depois da Revolução Americana e da Declaração

de Independência em 1776, a "Igreja da Inglaterra" na América teve de achar um novo nome, e escolheu o de "A Igreja Protestante Episcopaliana dos Estados Unidos da América".

O primeiro problema desta nova Igreja Protestante Episcopaliana foi conseguir Bispos. Os Anglicanos nas Colônias nunca tinham querido Bispos, que o Governo Britânico podia usar como um meio de controle eclesiástico do qual tantos deles haviam fugido. Haviam-se contentado com reconhecer o mui distante Bispo de Londres como sua autoridade diocesana nominal, enviando à Inglaterra candidatos ao Ministério, a fim de ali serem ordenados. A Declaração de Independência, portanto, achou-os sem um único Bispo.

William White, Reitor de Filadélfia, homem de modos de ver extremamente da Igreja Baixa, sugeriu a nomeação de um "Moderador" sem sagração, ao longo de linhas presbiterianas. Mas, em 1784, o Rev. Samuel Seabury, homem moderadamente da Igreja Alta de Connecticut, foi sagrado Bispo Anglicano na Escócia, visto os Bispos ingleses terem recusado sagra-lo, por causa da sua recusa de fazer o Juramento de Vassalagem à Coroa. William White, portanto, com Samuel Provoost, de Nova York, foram para a Inglaterra e, tendo vencido as dificuldades a respeito do Juramento, foram sagrados em Lambeth em 1787.

Naturalmente, essas ordenações protestantes Episcopalianas, sob o ponto de vista católico, eram tão falhas como as Ordens Anglicanas das quais derivavam, e não podiam prover a nova Igreja de um sacerdócio católico válido. Mas isso não teria aborrecido ao menos William White, pois este não tinha crença em nenhum sacerdócio católico. Numa Convenção em 1789, quando foi aprovada uma Constituição para a nova Igreja, ele lutou, contra a oposição feita pelo Bispo

Seabury, em favor de mudanças doutrinárias e litúrgicas numa direção protestante, como resultado das quais foram introduzidos no Livro de Oração Americano elementos tirados do Rito Escocês, sendo a palavra "sacerdote" substituída em muitos lugares pela palavra "ministro", e sendo a forma de absolvição dos pecados suprimida das prescrições para a Visitação dos Enfermos.

Entretanto, foi o Bispo Hobart, de Nova York (1811-1830), quem fez mais do que qualquer outro para erigir a Igreja Protestante Episcopaliana dos Estados Unidos. Ele era estritamente "Episcopaliano", recusando reconhecer a validade de quaisquer Ordens a não ser episcopais.

Depois da sua morte, o Movimento Oxford, na Inglaterra, e o subsequente surgimento do Anglo-Catolicismo, deu nascimento a tendências da Igreja Alta na Igreja da América, as quais levaram a uma estrênuo oposição por parte dos homens da Igreja Baixa e a acusações de "Romanizantes" ali como na Inglaterra. E, como na Inglaterra também, o conflito entre os dois partidos resultou num Partido de Igreja Larga ou Liberal, o qual fez pressão por mais e mais liberdade doutrinária e litúrgica.

Em 1873, uma "Igreja Episcopal Reformada" surgiu da "Igreja Protestante Episcopal", sob os fundamentos de que esta última não era bastante protestante na sua visão; embora essa última fôsse, e seja, uma Igreja definidamente protestante, a despeito das pretensões do Partido da Igreja Alta a ela pertencente.

Os homens da Igreja Alta Americana certamente nunca se descreveram como "Anglo-Católicos". O termo "Anglo" seria sem significação na América, e nenhum termo equivalente, tal como "Américo-Católico", se fez jamais sugerir. Na América, "Católico" signi-

fica "Papal", e os Americanos não sabem nada de Catolicismo sem o Papa. Por isto chamam-se a si mesmos simplesmente "Episcopalianos", lamentando a adição de "Protestante" a "Episcopaliano" no título originalmente escolhido para a sua Igreja.

As Igrejas Protestantes Episcopais têm na América influência muito maior do que a sua força numérica sugeriria; porque estão bem em baixo da lista estatística. Comparadas com uns 30 milhões de Católicos, com uns 13 milhões de Batistas e com uns 10 milhões de Metodistas, a Igreja Protestante Episcopaliana tem apenas 2.155.514 membros, e a Igreja Episcopaliana Reformada somente 8.000.

Mas o progresso do Episcopalismo na América foi grandemente estorvado primeiramente pelo fato de muitos dos emigrantes originais vindos da Inglaterra serem gente que procurava fugir à necessidade de se conformar à Igreja Anglicana — o que a custo os dispunha favoravelmente para com o Anglicanismo na sua terra de adoção; e, em segundo lugar, pela "Declaração de Independência", com a quase inevitável reação do povo Americano não só contra a Inglaterra, mas também contra a Igreja nacional da Inglaterra.

MOVIMENTO PRÓ REUNIAO

O Reviver Anglo-Católico entre os Anglicanos foi uma das causas principais do Movimento Pró Reunião de que ouvimos falar hoje em dia. Porquanto, como opostos a uma baixa doutrina denegatória de qualquer necessidade real da Igreja como instituição visível, os Anglo-Católicos têm pôsto em proeminência entre os protestantes o ensinamento do Novo Testamento de haver Cristo realmente querido uma Igreja visível e indivisa, tal como Ele próprio a estabeleceu primitivamente. Por isto, livros e mais livros estão sain-

do de penas protestantes, e não sòmente das dos Anglicanos, deplorando o escândalo da multidão de divisões entre os cristãos.

Mas os Anglo-Católicos estão na vanguarda na sua constante insistência sôbre a necessidade da Reunião. Considerando-se Católicos, êles falam dos três ramos vivos da Igreja Católica, o Romano, o Ortodoxo e o Anglicano, os quais infelizmente, dizem êles, estão num estado de cisma em relação um ao outro. Enquanto êsses três ramos vivos não estiverem unidos mais uma vez, não pode haver aquela Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica por cuja unidade Cristo orou. Isto virá, esperam êles, no bom tempo de Deus. Conforme um dêles disse, "Creio na Santa Igreja Católica, e lamento que ela não exista".

Roma, é claro, rejeita absolutamente essa explicação. Declara que, em matérias essenciais que afetam a sua própria constituição, não pode haver divisões "na" Igreja de Cristo, mas apenas divisões "para com" essa Igreja; e que ela é a Igreja Una, Santa, Católica, Apostólica e Indivisa. E declara ser dever de todos os que não estão em comunhão com ela voltarem à Igreja que os seus antepassados nunca deveriam ter deixado.

Contudo, os Anglo-Católicos recusam ver isso. Insistem em que a Comunhão Anglicana ainda é um ramo vivo juntamente com as Igrejas Romana e Ortodoxa, embora erradamente, por malícia ou fragilidade humana, todos os três estejam em discrepância. Sustentam que o Anglicanismo, a despeito da diversidade nas suas próprias fileiras conserva ao menos meios de graça suficientes para santificar os seus membros. O seu estado de separação de Roma e das Igrejas Ortodoxas Orientais foi permitido por Deus; mas isto é apenas um expediente temporário, enquanto o cisma não é sanado. E, no saneamento dêsse cisma,

dizem êles, é plano de Deus que a "Comunhão Anglicana" deve ser a "Igreja-Ponte" entre Roma, de um lado, e as Igrejas Ortodoxa e Protestantes, do outro. E, por isto, fazem tudo quanto podem para desencorajar conversões individuais de Anglicanos a Roma, como sendo um empecilho para ultimar a Reunião incorporada.

Enquanto reconhecem a sinceridade e zêlo dos Anglo-Católicos nos seus esforços em pró da Reunião incorporada, os Católicos têm a declarar a desesperança e impossibilidade de tal sonho. Porque a realização dêle requereria que todos os não-católicos primeiramente se tornassem religiosamente um entre si, como são os membros da Igreja Católica com os quais êles se uniriam; e só um princípio de autoridade divina, que tôdas as Igrejas não-católicas rejeitam, poderia alcançar êsse intento.

Cada indivíduo tem a responsabilidade de seguir a sua própria consciência como ela é em qualquer tempo dado; e, se Deus, na sua bondade, dá a algum homem a luz para ver a verdade dos postulados da Igreja Católica, considerações de conveniência não podem justificar a permanência dêle em alguma outra Igreja cuja existência separada se baseia na oposição a essas pretensões.

Mas, recebendo o dom da Fé na Igreja Católica como a única verdadeira Igreja de Cristo, ninguém deixaria de perceber êsse dever. Os que sinceramente cogitam de outras alternativas ainda não atingiram êsse grau de conhecimento ou de fé que todo convertido à Igreja Católica tem descoberto ser um dos mais preciosos dons de Deus. Certamente, todo leitor não-católico dêste opúsculo deveria rezar para que, se realmente tal fôsse o caso, pudesse êle receber semelhante graça.

Já lá se vão quatro séculos que o protestantismo, separando-se da Igreja, rompeu a unidade espiritual do Ocidente. E' tempo de cair a poeira levantada pelos primeiros combates e tomarem os contendores consciência sincera de suas respectivas posições. Cessem os protestantes de repetir as suas velhas acusações lemonstradamente falsas; cessem de confundir o culto do santo com a idolatria, o governo dos sucessores de S. Pedro com a tirania de uma vulgar ambição humana; cessem de encarar a Igreja católica com esta ostilidade intratável, pouco evangélica e ofuscadora das verdades objetivas. Com uma franqueza meritória, é o conselho dado recentemente pelo pastor Jenzok, de Lietzen: "Amigos ou inimigos da Igreja romana, devemos absolutamente aprender a melhor conhecê-la. Se quiserdes compreender a essência do catolicismo, comprei um catecismo romano. Ele vos mostrará que riquezas espirituais possui esta Igreja". Outro protestante, Guenther, pastor adjunto de Oberloessnitz: "Temos muito que tomar na vida espiritual tão rica do catolicismo romano. Sem dúvida, convém provar tudo conforme o princípio do Evangelho. Mas em face da Igreja romana, que, enfim de contas, é a nossa Igreja-mãe, devemos conservar a atitude mais irênica". Esta atitude pacífica — mais racional e mais cristã, — levará a um conhecimento real da verdadeira Igreja católica e fará tombar a barreira de preconceitos levantados pelos primeiros ódios e pelas pri-

meiras paixões, que se não podem eternizar sem detrimento da verdade.

Conhecimento mais sincero do catolicismo e exame mais leal do protestantismo. Depois de quatrocentos anos a Reforma não fez senão dividir e separar. Aí estão as seitas às centenas; aí está a fé cristã mutilada em mil crenças diversas e mutáveis ao sabor das fraquezas e ignorâncias humanas. Ora, a unidade de fé é uma condição essencial de uma religião revelada, *una fides*; a união da comunidade cristã é o desejo supremo de Quem fez da caridade e do amor o seu grande mandamento: *ut sint unum*. No próprio protestantismo, sentem-no tôdas as inteligências mais elevadas, tôdas as consciências que ainda não perderam de todo o senso do cristianismo. Numa alocução pronunciada ante a Federação protestante em Paris, W. Monod, resumindo o espírito da conferência de Estocolmo, dizia em 1925: "Trata-se de reformar a Reforma, de levar a têrmo um esforço de concentração, de reorganização, trata-se de lutar contra o *anarquismo* no sentido próprio para uma volta decisiva ao princípio de ordem e de unidade... Numa palavra é um retôrno ao senso do universalismo e da catolicidade... A Conferência quis quebrar a corrente centrífuga da dispersão protestante". Harnack, na Alemanha, em alocução pronunciada no seu jubileu, dissera estas palavras graves: "Desde a separação da Igreja católica, tornou-se, entre protestantes, muito fraco o senso de uma confraternização real e eficaz dos homens pelo Evangelho e o esforço pela realização do pensamento: um só pastor, e um só rebanho. O verdadeiro católico sente a bênção de uma grande comunhão cristã muito mais vivamente, o cisma da cristandade com muito mais dor, e o dever da reunião com muito mais intensidade... O grande pensamen-

to de que pelo cristianismo se há de reconstruir a unidade dos povos não pode ser substituído por outros ideais. Alegremo-nos quando vemos brilhar no mundo dos interesses materiais um nobre patriotismo. Mas que miserável é o homem que no patriotismo saúda o seu mais alto ideal... Com tôdas as fôrças devemos esforçar-nos pela unidade cristã dos homens... (que não é) sonho de sonhos mas um objetivo inseparável do Evangelho. Que estejamos hoje tão embotados, é uma consequência da nossa separação... e só um protestante de vista muito curta poderá desconhecer que ela não só prejudicou aos nossos adversários mas também a nós”.

E ante êste espetáculo de ruínas, de divisões, de discórdias e de incertezas sofrem as almas verdadeiramente cristãs. Um grande convertido, descendente de uma das mais nobres famílias de Genebra, protestante desde os tempos de Calvino, notou-o com justeza: “E’ um fato, já muitas vêzes observado, que, enquanto, no catolicismo, as almas quanto mais sentem a necessidade da religião e da fé mais se confirmam na sua fé e melhor praticam a religião, no protestantismo, pelo contrário, a alma, quanto mais elevada, quanto mais inclinada às coisas espirituais, tanto mais sofre e hesita, quanto mais sêde de certeza sente a inteligência, tanto mais é trabalhada pela dúvida”.

E a nostalgia da unidade e o desgosto pelas intermináveis divisões descem das almas superiores para as massas que se vão gradualmente afastando das organizações eclesiásticas protestantes. Nos Estados Unidos há cêrca de 70 milhões de habitantes que não pertencem a nenhuma denominação cristã, como por lá dizem. Na Alemanha, o mal vai-se agravando de geração em geração. Quando foi do centenário de Lutero, confessou-o nestes têrmos um pastor-chefe (Haupt-

pastor) de Hamburgo, o Prof. Dr. Hunzinger: "Há mais de meio século atravessam as igrejas regionais evangélicas uma crise que atinge no presente o seu ponto culminante. Desta crise há um aspecto mais externo, outro interior. Externamente é a diminuição progressiva da organização eclesiástica (*Kirchlichkeit* é intraduzível), internamente o afrouxamento do caráter confessional". Outro personagem célebre, outrora pregador da corte imperial, Dryander, define a situação das almas nas igrejas protestantes, "um grave embrutecimento moral e um afastamento progressivo da igreja".

Ora esta situação dolorosa, resultante de um mal progressivo e irremediável, é a consequência lógica e histórica do princípio fundamental do protestantismo. Enquanto não houver um *centro de unidade*, enquanto o livre exame individual fôr soberano inapelável em matéria de fé, não há como coibir "a corrente centrifuga da dispersão", nem lutar vitoriosamente contra "o anarquismo no sentido próprio". Cumpre reformar a Reforma, mas reformá-la radicalmente, voltando ao cristianismo tal qual o fundou Cristo.

Pe. Leonel Franca, *Catolicismo e Protestantismo*, 2ª ed. p. 296 ss.

INDICE

Os episcopalianos	5
A comunhão anglicana	6
Origem pós-reforma	8
Obra de Henrique VIII	10
Triunfo do Protestantismo	12
Regime Elisabetano	13
Conflito internacional	15
Nada de autoridade doutrinária	17
Crenças típicas	20
Ordens anglicanas	21
Partido da Igreja Baixa	24
Partido da Igreja Alta	27
Anglo-católicos	29
Partido da Igreja Larga	32
Intérminas contradições	34
Unidade anglicana	36
Episcopalianos americanos	38
Movimento pró reunião	41

